

POTENCIAIS IMPACTOS DO PROTOCOLO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PERÍCIAS E DA PADRONIZAÇÃO DAS DEAMS NO ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO

ODS 5 – Igualdade de Gênero

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Pedro Augusto Paes Leme Gomes (Universidade de Taubaté)

Daniel Estefano Santos (Universidade de Taubaté)

A violência contra a mulher, com ênfase no feminicídio, é um dos mais graves problemas sociais do Brasil. A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023) revelou que uma em cada três brasileiras já sofreu violência e que 73% das entrevistadas apontaram o medo do agressor como principal razão para não denunciar. Em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou dois instrumentos normativos fundamentais: o Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio, que estabelece parâmetros técnicos para a preservação da cena, coleta de vestígios e padronização de laudos, e a Padronização Nacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), que define critérios mínimos de funcionamento, infraestrutura e atendimento humanizado. O objetivo deste trabalho é analisar os potenciais impactos práticos desses instrumentos à luz dos dados da Pesquisa DataSenado, identificando suas contribuições e desafios. O estudo adota metodologia qualitativa, com análise documental dos cadernos temáticos publicados pelo MJSP em 2025 e confronto com estatísticas nacionais. Os resultados indicam avanços normativos relevantes, especialmente na tentativa de reduzir falhas investigativas e oferecer atendimento especializado. Entretanto, permanecem desafios estruturais: a disparidade regional no funcionamento das delegacias, a carência de equipes multidisciplinares capacitadas e a dificuldade de acesso das vítimas ao sistema de justiça. A análise sugere que a padronização das DEAMs pode contribuir para maior confiança das mulheres em denunciar, mas isso depende de investimentos contínuos em recursos humanos, infraestrutura e fiscalização da implementação. Conclui-se que, embora os documentos representem marcos importantes, a efetividade de suas diretrizes exige articulação intersetorial, monitoramento constante e compromisso governamental para transformar normas em práticas concretas capazes de reduzir a impunidade e garantir acolhimento digno e justo às mulheres brasileiras.

Palavras-chave: Feminicídio; DEAM; Políticas Públicas.